



Afro-Ásia

ISSN: 0002-0591

revista.afroasia@gmail.com

Universidade Federal da Bahia

Brasil

Pinheiro, Maria Cristina Luz  
O trabalho de crianças escravas na cidade de Salvador 1850-1888  
Afro-Ásia, núm. 32, 2005, pp. 159-183  
Universidade Federal da Bahia  
Bahía, Brasil

Disponível em: <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=77003206>

- Como citar este artigo
- Número completo
- Mais artigos
- Home da revista no Redalyc

redalyc.org

Sistema de Informação Científica  
Rede de Revistas Científicas da América Latina, Caribe, Espanha e Portugal  
Projeto acadêmico sem fins lucrativos desenvolvido no âmbito da iniciativa Acesso Aberto

## O TRABALHO DE CRIANÇAS ESCRAVAS NA CIDADE DE SALVADOR 1850-1888\*

*Maria Cristina Luz Pinheiro*<sup>\*\*</sup>

No Brasil, o trabalho escravo, inicialmente utilizado nas propriedades rurais, expandiu-se para os centros urbanos, tornando-se não somente fonte de riqueza e capital, mas esteio da sociedade. Essa mão-de-obra era utilizada em todos os setores do trabalho urbano, propiciando inclusive certas especializações a alguns escravos, contrariando a idéia de que os cativos fossem incapazes de realizar atividades mais complexas. Entre os trabalhadores escravizados, as crianças formavam um grupo específico ainda pouco estudado. Com base em dados relativos a Salvador entre 1850 e 1888, discutimos neste artigo o trabalho da criança escrava.

Dentre os documentos que pesquisamos, destacamos as escrituras de compra e venda de escravos, de doações, permutas e hipotecas registradas em livros notariais constituídos precipuamente para esse fim. A homogeneidade e a formalidade das escrituras de compra e venda criaram um desafio: buscar nelas traços da vida e das relações sociais dos escravos. Foi-nos possível encontrar um grande número de meninos e meninas empregados em atividades produtivas. Além dessa fonte, pudemos identificar nos inventários *post mortem* uma diversidade de ofícios

---

\* Este artigo corresponde ao terceiro capítulo modificado da dissertação “Das cambalhotas ao trabalho: a criança escrava em Salvador (1850-1888)”, defendida no Programa de Pós-graduação em História Social da Universidade Federal da Bahia.

\*\* Socióloga e mestre em História Social.

e serviços que as crianças cativas executavam e informações mais qualitativas sobre elas.

Levando-se em consideração as leis vigentes no período, as fontes bibliográficas e a coleção de inventários e escrituras de compra e venda pesquisadas, definimos a criança escrava como aquela até a idade de doze anos.<sup>1</sup> Alguns estudiosos como Mattoso, Andrade e Reis também classificam como criança os escravos até doze anos.<sup>2</sup> Uma outra questão importante é o momento em que a criança cativa passava a ser vista como escravo produtivo. Mattoso afirma que, para efeito do trabalho, “o escravo permanece criança até a idade de sete para oito anos”.<sup>3</sup> Já Maria Lúcia Mott argumenta que “a idade de cinco para seis anos parece encerrar uma fase na vida da criança. A partir desta idade ela aparece desempenhando alguma atividade”.<sup>4</sup> As escrituras de compra e venda de escravos registram para Salvador, na segunda metade do século XIX, cativos de quatro anos trabalhando no serviço doméstico.

Destacamos as Freguesias da Sé e Nossa Senhora da Conceição da Praia, não apenas como um espaço urbano onde se davam as transações de compra e venda de escravos, mas também como local de moradia e comércio dos senhores. A discussão sobre o trabalho da criança escrava evidenciará que esta não se constituiu um fardo para os senhores. Ao contrário, foram aproveitadas desde muito cedo na faina diária do serviço doméstico, da lavoura e em alguns casos até como mão-de-obra mais qualificada.

Muito embora as características básicas da escravidão permanecessem bastante similares no período colonial e imperial, as relações

<sup>1</sup> D. Sebastião Monteiro da Vide, *Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia*, Coimbra, Real Collegio das Artes da Coimbra de Jesus, 1720, Livro 1, Título 2, p. 3; Candido Mendes Almeida, *Código Phillipino*, Rio de Janeiro, Tipografia do Instituto Philomatico, 1870, Livro 1; *Actos do Poder Legislativo*, Lei nº 2040, de 28 de setembro de 1871; *Leis do Brasil*, Rio de Janeiro, Imprensa Oficial, 1871, pp. 147-149.

<sup>2</sup> Kátia Mattoso, “O filho da escrava”, in Mary del Priore (org), *História da Criança no Brasil* (São Paulo, Contexto, 1991), p. 81; Maria José de Souza Andrade, *A mão de obra escrava em Salvador, 1811-1860*, São Paulo, Corrupio, 1988, p. 10; João José Reis, “População e Rebelião: notas sobre a população escrava na Bahia na primeira metade do século XIX”, *Revista de Ciências Humanas*, v. 1, nº. 1 (1980), pp. 148-149.

<sup>3</sup> Mattoso, “O filho da escrava”, p. 81.

<sup>4</sup> Maria Lúcia de Barros Mott, “A criança escrava na literatura de viagens”, *Cadernos de Pesquisa*, nº. 31 (1972), p. 61.

sociais, evidentemente, se transformaram ao longo de três séculos. Para além dos canaviais, a presença escrava passaria a se avolumar nas ruas da cidade com o avanço do tempo. E o trabalho escravo urbano apresentava aspectos que o diferenciavam do rural: maior flexibilidade no sistema de recompensas e mobilidade física, resultando em contatos com diferentes grupos sociais; maior diversidade de funções, possibilitando outras formas de exploração da mão-de-obra, como o trabalho de alu-guel e o de ganho; menor número de escravos em cada unidade senhorial.

### **Algumas características da escravidão urbana**

Nos centros urbanos, a população escrava desempenhava atividades diversas. Entre os domésticos, por exemplo, contavam-se mucamas, lava-deiras, engomadeiras, costureiras, amas-de-leite, pajens, copeiros e co-zinheiros de ambos os sexos, que formavam a legião de trabalhadores que serviam as famílias abastadas. Cativos domésticos também supriam as residências de água, que eles buscavam, sobretudo nos chafarizes e poços. O lixo da casa era enterrado nos quintais e os dejetos humanos colocados em recipientes e transportados pelos escravos, que os despeja-vam em cursos d'água mais próximos à residência de seus senhores, ou então no mar. Trabalhavam dia e noite, incessantemente, na cozinha, no preparo dos alimentos, na limpeza da casa, no lavar e engomar a roupa, no corte da lenha, na matança e trato de animais. À noite, recolhiam-se aos porões dos sobrados, sótãos ou quatinhos no fundo do quintal, ou então dormiam nas cozinhas e corredores das residências.<sup>5</sup>

Uma das modalidades de trabalho escravo urbano estava centrada na prestação de serviços. Os negros carregadores aglomeravam-se nas esquinas, no cais e outros lugares movimentados, à espera de trabalho. Eram os chamados negros de ganho, um investimento rentável que assegu-rava a seus proprietários uma renda fixa, principalmente para as famílias

<sup>5</sup> Ver: Jacob Gorender, *O escravismo colonial*, São Paulo, Ática, 1992, pp. 484-489; Luis Carlos Soares, "Os escravos de ganho no Rio de Janeiro do século XIX", *Revista Brasileira de História*, v. 8, nº. 16 (1988), p. 126; Mary Karasch, *A vida dos escravos no Rio de Janeiro (1808-1850)*, São Paulo, Companhia das Letras, 2000, pp. 159-191; Mario Maestri, *O sobrado e o cativo: a arquitetura urbana erudita no Brasil escravista. O caso gaúcho*, Passo Fundo, UPF, 2001, pp. 140-156.

mais pobres. O trabalho de ganho era típico da escravidão urbana, por vezes vantajoso não só para os proprietários, como também para os escravos. Se a preocupação do senhor consistia em receber uma quantia por ele estipulada, muitas vezes vivendo apenas desse recurso, tinha também a vantagem, não raro, de se livrar dos gastos com a manutenção dos escravos. Para estes, restava a possibilidade de trabalhar de forma mais livre, longe dos olhos do senhor, e acumular o pecúlio necessário à compra da alforria.<sup>6</sup> Os escravos de ganho de ambos os sexos, freqüentemente, exerciam mais de uma tarefa: eram, por exemplo, carregadores de cadeira e carpinas, situação do nagô André, ainda moço, escravo de Luis de Souza Gomes; ou então, o caso de Amália, parda de 20 anos de idade que exercia o ofício de charuteira e engomadeira. Já Ricardo, um moço nagô, fazia o serviço de roça e de ganho.<sup>7</sup> Observamos que tanto os escravos domésticos quanto os carregadores de cadeira quase sempre tinham associada a eles uma outra atividade. Na verdade, a definição do serviço ou ofício do escravo dependia da vontade do senhor, “dado o traço definidor do escravismo, que é a propriedade da força de trabalho”.<sup>8</sup>

Como ganhadores, exerciam as mais diferentes atividades: carregadores de cadeiras e de carga, oficiais de sapateiro, alfaiates, barbeiros, pedreiros, carpinas, ferreiros, costureiras, bordadeiras, estivadores, vendedores de frutas, de doces e peixes. Sua característica principal, como mencionado acima, consistia no fato de o escravo ser obrigado a pagar ao senhor, por dia ou semana, uma quantia previamente acertada entre ambos. Esses escravos desfrutavam de alguma liberdade de movimento, pois permaneciam a maior parte do tempo na rua e, conseqüentemente, mais distantes do controle senhorial. Mas isso não significava estarem

<sup>6</sup> Marilene Rosa Nogueira da Silva, *Negro na rua: a nova face da escravidão*, São Paulo, Hucitec, 1988, em especial, o capítulo “O escravo ao ganho: uma nova face da escravidão”, pp. 87-128; Leila Mezan Algranti, *O feitor ausente. estudo sobre a escravidão urbana no Rio de Janeiro*, Rio de Janeiro, Vozes, 1988, pp. 65-95; Ana de Lurdes R. da Costa, “EKABÓ! Trabalho escravo, condições de moradia e reordenamento urbano em Salvador no século XIX”, (Dissertação de mestrado, Universidade Federal da Bahia, 1989), pp. 43-62; João José Reis, *Rebelião escrava no Brasil: a história do levante dos malês em 1835*, 2ª ed. rev. ampl., São Paulo, Companhia das Letras, 2003, cap. 11.

<sup>7</sup> Arquivo Público do Estado da Bahia (APEB), Seção Colonial e Provincial, Série Judiciária, nº. 4/1641/2110/02, 1850; nº. 03/1104/1573/04, 1874; nº. 04/1604/2073/08, 1852.

<sup>8</sup> Maria Inês Cortes de Oliveira, *O Liberto: o seu mundo e os outros. Salvador, 1790/1890*, São Paulo, Corrupio, 1988, p. 12. Ver também Reis, *Rebelião escrava*, pp. 376-380.

livres da vigilância da sociedade e das autoridades. Estabeleceram-se mecanismos de controle do contingente de escravos nas cidades. Eram furtivos os momentos de autonomia, tolhidos e constantemente lembrados pelas inúmeras leis, resoluções e posturas municipais que regulavam a condição do “elemento servil”. Se o feitor que dava ordens, vigiava, controlava e punia esteve ausente da escravidão urbana, esse papel coube ao Estado, “que procurava manter a ordem, disciplinando-lhe [ao escravo] a circulação e punindo com o mesmo chicote e com a prisão no calabouço aos infratores das diversas posturas que se multiplicavam na relação direta do crescimento da cidade e do aumento da população”.<sup>9</sup>

Em relação aos escravos de aluguel, uma das modalidades da escravidão urbana, firmava-se um contrato entre senhor e locatário, quando se tratava de uma permanência mais longa. Os senhores sabiam que quanto mais qualificados os escravos, mais altos seriam os aluguéis cobrados. Tornava-se, portanto, vantajoso investir na qualificação dos escravos, adaptando-os às necessidades e às condições do mercado. Com o surgimento da imprensa no Brasil no início do século XIX, diariamente os jornais publicavam anúncios de aluguel de escravos com as suas características.<sup>10</sup> Essa prática tornou-se cada vez mais comum, e podemos pensá-la como um dos indicadores de mudança do sistema escravista e dos primeiros sinais de transição para um trabalho assalariado.

O aluguel de escravos não se restringia ao cativo adulto, ou apenas àqueles qualificados. A preocupação do senhor era não deixar que seu escravo se tornasse ocioso e colocá-lo para exercer diversas atividades era uma alternativa, sobretudo, quando havia retração no mercado. Os anúncios de aluguel caracterizavam os escravos como de “boa figura”, “carinhosa”, “com jeito para tratar de crianças”, além de descrever suas qualidades profissionais. Em vários destes anúncios, é constante a presença de crianças e adolescentes. O *Jornal da Bahia* do dia 29 de maio de 1860 registrava: “na Rua do Fogo, nº 40, 4º andar aluga-se uma

<sup>9</sup> Silva, *Negro na rua*, p. 102.

<sup>10</sup> Ver sobre o assunto: Gilberto Freyre, *O escravo nos anúncios de jornais brasileiros do século XIX*, São Paulo, Editora Nacional, Brasileira, 1979; Lília Moritz Schwarcz, *Retrato em branco e negro: jornais, escravos e cidadãos em São Paulo no final do século XIX*, São Paulo, Companhia das Letras, 1987; Maria Elisa de Campos Graf, *Imprensa periódica e escravidão no Paraná*, Curitiba, Secretaria de Estado da Cultura e do Esporte, 1981.

negrinha de 12 annos de idade, para carregar crianças e serviço ligeiro de casa da família”.<sup>11</sup> O mesmo jornal, dez annos depois, annunciava: “Moleque para alugar – no Rosário de João Pereira, casa nº 69 há para alugar-se um bom moleque, muito serviçal, diligente, de 15 a 16 annos”.<sup>12</sup> Anunciava-se também o desejo de alugar um escravo: “Precisa-se alugar um moleque de 12 a 14 annos para serviço de uma casa estrangeira, na Rua Nova do Commércio, nº 7, 1º andar”.<sup>13</sup> Ou então: “Na chácara do cônego Pereira à estrada da Rua da Valla, precisa-se de alugar um menino bem procedido, de 10 a 12 annos, para o serviço doméstico”.<sup>14</sup>

### Proprietários de crianças escravas

Não é nossa intenção avaliar, neste estudo, o grau de riqueza ou pobreza dos proprietários, mas fazer uma caracterização geral dos senhores que possuíam crianças escravas em Salvador.<sup>15</sup> Nos documentos pesquisados, com ênfase nos inventários, encontramos negociantes, boticários, barbeiros, capitães, tenentes-coronéis, mestres do arsenal da marinha, proprietários de engenho, de pequeno fabrico de velas e de alambique. Os negociantes estavam estabelecidos no comércio de fazendas, louças e vidros, molhados, madeira, trapiches, ou então de produtos da África, como azeite e marfim. Os africanos libertos identificados eram um barbeiro e um tanoeiro, que tiveram oportunidade de ser qualificados e de viver desses ofícios.

Segundo os inventários, o mobiliário dessas famílias, exceto daquelas muito pobres, de modo geral, não variava muito. Era de madeira nobre, como o jacarandá, ou de vinhático, e se compunha de cadeiras, sofás, bancas, mesas, camas, toucador, guarda-louça, nicho. Nas famílias mais abastadas, a composição dos móveis era a mesma, porém em quantidade bem maior e sempre acompanhada de objetos de prata – cas-

<sup>11</sup> *Jornal da Bahia*, nº. 2070, ano 8, 29/05/1860

<sup>12</sup> *Jornal da Bahia*, nº. 4944, 30/01/1870, p. 3

<sup>13</sup> *Jornal da Bahia*, nº. 2037, ano 8, 10/04/1860, p. 3

<sup>14</sup> *Jornal da Bahia*, nº. 294, 30/12/1874, p. 3.

<sup>15</sup> Ver sobre o assunto: Kátia Mattoso, *Bahia, século XIX: uma província do Império*, Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 1992; Oliveira, *O liberto*; Carlos Zacarias Sena Junior, “Entre a pobreza e a propriedade: o pequeno proprietário de escravos em Salvador, 1850-1888”, (Dissertação de mestrado, Universidade Federal da Bahia, 1997).

tiçais, utensílios domésticos, coroas de santo – muita louça, objetos decorativos, lustres, cortinas de tecidos finos, pianos.

O inventário do negociante Luís Antônio Pereira Franco (1854), residente na praça da Piedade, confirma a descrição acima. Os objetos arrolados não fogem à regra, a não ser pelas coleções de livros sobre história da Bahia, “história humana”, sobre a vida de Padre Vieira e Marília de Dirceu, além de dez quadros, sendo oito pintados e dois sombreados a óleo. Esse negociante era proprietário de vinte e seis escravos e vinte casas, em vários locais da cidade, como Campo Grande, Misericórdia, Ajuda, Piedade, Barris, Gameleira, Bom Gosto, Rio Vermelho, Areal de Cima. Possuía sobrados na rua do Rosário e na Calçada, terrenos e roças no Rio Vermelho, ações da Companhia do Queimado, apólices da dívida pública, além do Trapiche Andrade. Os escravos que trabalhavam nesse trapiche, todos africanos, tinham a idade entre trinta e quarenta anos, exceto o velho Matheus, com cinquenta anos e “quebrado da virilha”, consequência do intenso e pesado encargo do seu ofício.<sup>16</sup> Outro senhor, Luís de Souza Gomes (1850), era proprietário de 32 escravos, sendo vinte homens, oito mulheres e quatro crianças. Esse senhor possuía duas roças, uma no Matatu e a outra no Jogo do Carneiro, nas quais trabalhavam dez escravos do serviço da lavoura. Em cada uma das propriedades havia um feitor. Os outros escravos exerciam os ofícios de pedreiro, carpina, carregadores de cadeira e serviço de ganho.<sup>17</sup>

No entorno de Salvador encontravam-se chácaras, roças, terrenos e até engenhos. A cidade não perdeu sua característica agrária. Mantendo a proximidade com o núcleo urbano, essas unidades rurais possibilitavam ao senhor a tranquilidade de uma morada não muito distante do centro da cidade. Nessa situação, por exemplo, enquadrava-se, em 1855, D. Francisca Ribeiro de Souza Brum, moradora e proprietária de uma roça nos Barris. Junto a sua casa, havia uma outra bem menor e, ao lado, uma venda de molhados que ficava próxima à porteira que dava entrada para a roça e a senzala. Residiam nessa propriedade vinte e cinco escravos, sendo doze crianças com idade entre dois e nove anos. Os meninos

<sup>16</sup> APEB, Seção Colonial e Provincial, Série Judiciária, nº. 07/2823/01, 1854.

<sup>17</sup> APEB, Seção Colonial e Provincial, Série Judiciária, nº. 4/1641/2110/02, 1850.



Guilherme e Apolinário, com sete e nove anos, respectivamente, já trabalhavam na roça. As mulheres exerciam atividades de ganho.<sup>18</sup>

Embora a alimentação dos habitantes de Salvador e das áreas de plantação de cana-de-açúcar tenha encontrado na região sul da Bahia e sul do Recôncavo suas principais fontes, as chácaras e roças próximas às cidades abasteciam a população com a produção de gêneros alimentícios e carne, principalmente de animais de pequeno porte.<sup>19</sup> Essa pequena agricultura gerava lucros suficientes para justificar o investimento em escravos lavradores. Portanto, uma significativa mão-de-obra escravizada trabalhava nas roças e chácaras contíguas ao núcleo urbano. A presença dos feitores e dos escravos do serviço da lavoura permite-nos sugerir que as plantações não eram restritas à subsistência da família. Elas eram um negócio para o senhor.

O inventário do africano liberto Primo Mendes dos Santos, de 1861, que exercia o ofício de barbeiro, arrolava, como bens, uma mesa de madeira branca, quatro cadeiras de jacarandá, 35 navalhas velhas e sete tesouras, um ferro de tirar dentes, quatro bacias de fazer barba e três escravos. Estes eram do serviço de ganho, sendo um já considerado velho e do serviço da lavoura, e o outro, de dez anos, aprendia com seu senhor o ofício de barbeiro. Já Jorge, haussá, José, nagô, e Luís, crioulo, eram tanoeiros como seu senhor Manoel Francisco Duarte, segundo seu inventário de 1861. Maria de São José da Fonseca Galvão (1866) era proprietária de um fabrico de velas de sebo. Exceto por duas crianças de quatro meses e uma de três anos, seus sete escravos trabalhavam para bem sustentá-la. Duas escravas eram ganhadeiras empregadas no serviço de vender velas. Os outros escravos eram dois aprendizes de pedreiro e um oficial, com idades de doze, treze e dezesseis anos, os quais, provavelmente, haviam sido qualificados pelo marido da inventariada, que era um pedreiro africano.<sup>20</sup>

Muitos escravos tinham a mesma ocupação que o senhor, principalmente aqueles de proprietários mais pobres. Seguramente, esses es-

<sup>18</sup> APEB, Seção Colonial e Provincial, Série Judiciária, nº. 04/1666/2136/02, 1855.

<sup>19</sup> Stuart Schwartz, *Escravos, roceiros e rebeldes*, Bauru, EDUSC, 2001, p. 1.

<sup>20</sup> APEB, Seção Colonial e Provincial, Série Judiciária, nº. 4/1770/2240/2, 1861; nº. 5/1987/2458/3, 1862; nº. 3/1064/1533/07, 1866.

cravos com qualificação profissional representavam a garantia de ganhos para seus proprietários, muito mais do que aqueles desprovidos dela. O inventário de Maria da Piedade Ornelas exemplifica bem essa situação. Ela possuía um contingente de quinze escravos, sendo sete mulheres; dentre elas, cinco eram do serviço de ganho. As outras duas eram uma cozinheira e outra do serviço de lavar e engomar, com bons préstimos. Dos seis homens, três eram do serviço de ganho e os outros trabalhavam como pedreiro, alfaiate e um aprendiz deste ofício registrado como moço. Completando o quadro, duas crianças menores de três anos. A presença de um número grande de escravas pode significar uma maior facilidade, por parte de uma senhora, de controlá-las do que a homens escravizados.<sup>21</sup> Além disso, podiam desenvolver-se laços mais fortes de reciprocidade e até talvez afetividade entre senhoras e suas escravas, ao mesmo tempo em que estas estavam sujeitas às ordens e desejos daquelas.

A análise de nossas fontes documentais permite inferir que os investimentos dos senhores começaram a se diversificar na segunda metade do século XIX. A aquisição de escravos, após a interrupção do tráfico, tornou-se um investimento muito caro e que se agravou com a intensificação do tráfico interprovincial. Outras possibilidades abriram-se para os senhores: a compra de ações e de imóveis, por exemplo. Assim fez João Antônio Moreira (1856), possuidor de ações da fábrica de tecidos do Queimado, da Companhia de Seguros Leal e do Banco Comercial. O mesmo fez a senhora Francisca Cepolina Daumerie que, além de seus cinco escravos, possuía ações da Caixa Econômica, da Companhia do Queimado e da Sociedade de Vehiculos Econômicos.<sup>22</sup>

Também no decorrer do século XIX, as mudanças do meio urbano, o crescimento populacional e o medo das epidemias levaram as camadas sociais mais abastadas residentes nas freguesias mais próximas do centro administrativo a transferirem-se para o Corredor da Vitória e ladeira da Barra. Essas residências eram edificadas com novos padrões de habitabilidade e conforto. Por conseguinte, as antigas freguesias passaram a ser local de moradia das camadas médias e pobres. Os sobrados,

<sup>21</sup> APEB, Seção Colonial e Provincial, Série Judiciária, nº. 4/1641/210/6, 1851.

<sup>22</sup> APEB, Seção Colonial e Provincial, Série Judiciária, nº. 04/1658/2127/03, 1856; nº. 03/1068/1537/04, 1875.

que até então abrigavam uma só família, passaram a ser domicílios plurifamiliares. As famílias dos senhores de engenho e dos comerciantes abastados habitavam os palacetes ou sobrados de três ou quatro pavimentos. A classe média habitava os prédios de vários andares, e ocupava os pavimentos intermediários. Não era de bom alvitre residir nos últimos andares, nem no subsolo, pois isso significava perda de poder aquisitivo. Comparativamente, o subsolo ou as construções secundárias nos fundos dos quintais correspondiam às senzalas das fazendas, era um espaço sempre destinado aos escravos ou agregados das famílias. A população mais pobre residia em casas de construção precária, geralmente de pau a pique ou adobe, nas cercanias da cidade ou encravadas nas principais ruas do centro. Na tentativa de afastar-se do espectro das senzalas, os pobres desejavam e afirmavam: “vou tê agora janela e porta de fundo.”<sup>23</sup>

A moradia dos escravos, quer nas residências dos senhores, quer nos espaços alugados por aqueles, geralmente as lojas dos sobrados, eram úmidas, desprovidas de ventilação, de luz solar e higiene. Nesses espaços insalubres e desconfortáveis coabitavam escravos, homens livres pobres, libertos, adultos e crianças. Mas independente do padrão residencial, os escravos estavam presentes nos domicílios baianos, quer no trabalho doméstico, no de ganho, ou locados.

### **Freguesias, negócios e crianças escravas trabalhadoras**

“Poucos espetáculos haverá no mundo tão belos e tão grandiosos como a chegada à cidade da Bahia”.<sup>24</sup> Salvador oferecia aos visitantes que chegavam à cidade pela baía de Todos os Santos um espetáculo de rara beleza. A cidade edificada em uma encosta, com suas construções entremeadas por uma vegetação tropical e um horizonte muito azul chamava a atenção dos viajantes pela visão encantadora que proporcionava a todos. Possivelmente, esse espetáculo tão extasiante causava aos visitantes um inevitável desapontamento quando chegavam à terra firme e se

<sup>23</sup> Gilberto Freyre, *Sobrados e mucambos*, Rio de Janeiro, Record, 1990, p. 293.

<sup>24</sup> Manoel Almagro, 1866, apud Moema Parente Augel, *Visitantes estrangeiros na Bahia oitocentista*, São Paulo, Cultrix, 1980, p. 141.

deparavam com ruas irregulares, sujas, fétidas, pouco iluminadas e um vaivém de negros maltrapilhos que mercadejavam seus produtos.

Espremidos em uma estreita rua de frente para o mar, na Cidade Baixa, os comerciantes tratavam não só da importação de produtos industrializados da Europa, mas também dos artigos de exportação, como o açúcar, fumo, algodão e aguardente. Esse trecho urbano concentrava um grande movimento de pessoas e de comércio, por situar-se próximo ao porto, local de escoamento e chegada de produtos, além de acomodar os trapiches destinados a receber os cativos provenientes do tráfico atlântico ou interprovincial. Nesse mesmo espaço comercial, também eram presentes proprietários de pequenos estabelecimentos, uma variedade de vendedores ambulantes, homens livres e libertos, e escravos que ofereciam seus serviços.

Mais aprazível e calma, a Cidade Alta apresentava-se com ruas mais limpas, praças formadas por um conjunto de edifícios públicos, igrejas, conventos e casas residenciais. Administrativamente, a cidade se dividia em dez freguesias, que eram unidades territoriais definidas pela igreja, mas que extrapolavam o caráter eclesiástico.

A tabela 1 mostra dados quantitativos sobre as crianças escravas que foram comercializadas nas freguesias de Salvador. Os números revelam que essas transações de compra e venda concentravam-se na Sé e Nossa Senhora da Conceição da Praia, bairros mais importantes e antigos da cidade. Motivados por esses dados, fizemos uma primeira abordagem, concentrando a discussão nestas duas freguesias, onde também encontramos o maior número de crianças trabalhadoras, e em seguida a estendemos para as demais. A maior parte desses cativos trabalhava no serviço doméstico e na lavoura, mantendo-se a coerência para o conjunto das freguesias, como veremos a seguir.

A freguesia da Sé não era apenas o centro eclesiástico, era também o centro político-administrativo da cidade. Essa paróquia, que nasceu com a fundação de Salvador, congregava toda a estrutura administrativa, judiciária e legislativa, além da eclesiástica. Era local de decisões políticas, de dominação. A dinâmica social da cidade perpassava esse núcleo, que abrigava os mais importantes prédios e monumentos da província, formando um conjunto arquitetônico imponente. A população

Tabela 1												
Crianças escravas comercializadas, de acordo com a freguesia e gênero, 1850-1888												
Sexo	Freguesias											
	Sé	N. S. Conceição	Passo	N. S. Santana	N. S. Vitória	Santo Antônio	N. S. Pilar	N. S. Brotas	N. S. Penha	Total		
Feminino	257	295	47	157	69	66	205	8	-	1.104		
Masculino	311	312	23	137	54	50	202	4	1	1.094		
NI	8	7	-	-	1	-	2	-	-	18		
Total	576	614	70	294	124	116	409	12	1	2.216		

Fonte: Escrituras de compra e venda de escravos. Arquivo Municipal de Salvador.  
 Nota: Não há registro de crianças sendo comercializadas na freguesia de S. Pedro Velho.

livre contava com a forte presença de funcionários públicos, escrivãos, negociantes, caixeiros e trabalhadores em ofícios mecânicos, característicos das camadas menos abastadas, como sapateiros, pedreiros, alfaia-tes, marceneiros. Em relação às mulheres, prevaleciam as costureiras, ganhadeiras, amas-de-leite, quitandeiras, evidenciando que essas neces-sitavam trabalhar para a sua própria subsistência, e às vezes, de sua família.

A Sé, a partir da segunda metade do século XIX, sofreu grandes transformações, deixando de ser o local preferido de moradia das cama-das mais abastadas, de autoridades governamentais e altos funcionários públicos. As “lojas” – espaço localizado no térreo e subsolo dos prédios – proliferaram como morada dos mais pobres. Esta freguesia, por con-centrar as atividades administrativas da província e da cidade, possivel-mente levou os senhores a registrarem em seu cartório, com maior fre-qüência, as transações comerciais e outras (como doações) relativas aos seus escravos. Identificamos 576 crianças escravas sendo vendidas, per-mutadas, doadas e hipotecadas por seus proprietários, entre as quais 179 (31,1%) foram associadas a algum tipo de atividade de trabalho (ver tabela 4, em anexo).

A outra freguesia em que houve uma concentração de crianças cativas sendo comercializadas foi a de Nossa Senhora da Conceição da Praia, criada em 1623, uma das mais antigas da cidade de Salvador. Para essa freguesia, assim como para o Pilar, convergiram as ações dos negociantes, quase sempre portugueses. Por ser uma área muito próxima ao porto, concentravam-se em seus quarteirões os grandes armazéns, empresas de exportação e importação, os serviços da administração por-tuários, trapiches, casas comerciais e o arsenal da Marinha. Essas duas freguesias podiam ser caracterizadas como o centro dos negócios da pro-víncia.

Na Conceição residiam negociantes com suas numerosas famílias e escravaria, nos mesmos sobrados onde funcionavam seus negócios no andar térreo. Eram variados os ramos de atividade desses homens e mui-to intenso o comércio: lojas de tecidos, de roupas femininas e masculi-nas, de chapéus e sombrinhas, de miudezas, jóias e relógios, boticas, livrarias, casas de ferragens, armas, material de caça e pesca, de vinhos

e queijos e de outras iguarias do gosto das classes mais abastadas. Esse comércio de porte médio e pequeno convivia muito próximo com os armazéns de exportação. Um tipo de atividade econômica característica dessa freguesia, o comércio atacadista, e a proximidade com o porto, demandavam a utilização de abundante mão-de-obra escrava; daí a concentração, também nessa freguesia, de cantos de trabalho, que eram locais onde se reuniam os negros para oferecerem seus serviços.<sup>25</sup> Para o período estudado, em relação a esta freguesia, consultamos 18 livros de escrituras de compra e venda de escravos, nos quais identificamos 614 crianças cativas sendo comercializadas. Dessas, 390 (63,5%) tiveram algum ofício especificado (ver tabela 5, em anexo).

A presença do trabalho na vida da criança escrava foi observada por muitos viajantes estrangeiros que estiveram no Brasil no decorrer do século XIX. Os olhos atentos de Jean-Baptiste Debret registraram várias cenas de trabalho exercido por esses cativos. Na visão desse viajante francês, por volta de cinco ou seis anos os meninos passavam a compartilhar com os escravos adultos as “fadigas e dissabores do trabalho”.<sup>26</sup> Porém, segundo Rugendas, a iniciação no trabalho regular dar-se-ia muito mais tarde:

Até a idade de doze anos as crianças não são obrigadas a trabalhar; apenas limpam os feijões e outros cereais destinados à alimentação dos escravos ou cuidam dos animais, e executam pequeninos trabalhos domésticos. Mais tarde, as moças e os rapazes são encaminhados para os campos. Quando um menino mostra disposições especiais para determinado ofício, é-lhe este ensinado, a fim de que o pratique na própria fazenda.<sup>27</sup>

Alguns anos antes da abolição da escravidão, a preceptora alemã, Ina von Binzer, relatava sua experiência em uma fazenda no Rio de Janeiro, onde havia

<sup>25</sup> Anna Amélia Vieira Nascimento, *Dez freguesias da cidade de Salvador: aspectos sociais e urbanos do século XIX*, Salvador, FCEBA/EGBA, 1986, pp. 75-76.

<sup>26</sup> Jean Baptiste Debret, 1820-1825, apud Maria Lúcia de Barros Mott, “A criança escrava na literatura”, p. 6.

<sup>27</sup> Joahan Moritz Rugendas, *Viagem pitoresca através do Brasil*, Belo Horizonte, Itatiaia; São Paulo, EdUSP, 1989, 3ª série, v. 8.

um mulatinho de doze anos, com cara de malandro e uma invencível predileção pelas roupas sujas e pelas cambalhotas que se tornaram sua maneira habitual de andar; sua obrigação é a de espantar moscas durante o almoço, junto à mesa, com uma bandeirola (que é agora marrom cinza, seja lá o que tenha sido antes). E me parece mais intolerável que as próprias moscas. Além disso, o menino deve servir o café [...] bebida que se toma quatro vezes ao dia...<sup>28</sup>

A definição da idade em que a criança escrava tornava-se força produtiva, ou mesmo quando ela começava a desempenhar algumas tarefas, se aos quatro, cinco, aos sete, ou aos doze anos, tinha pouca importância diante das exigências da ordem econômica e social escravista. Importa-nos verificar que a criança escrava não era uma carga inútil para os senhores e que podia começar a trabalhar muito cedo. Essa era a lógica do sistema escravista.

Todavia, há que se ter precaução com as fontes. As informações disponíveis nas escrituras, por exemplo, apontam crianças de um, dois e três anos registradas como do serviço doméstico ou da lavoura. É claro que essa situação merece uma análise mais cuidadosa e requer de nossa parte cautela em aceitar, de pronto, a idéia de elas realizarem tais tarefas, ainda que irregularmente. Identificamos 59 delas, e, por várias razões, decidimos não incluí-las no cômputo daquelas exercendo algum trabalho. De antemão, é necessário salientar que as escrituras pareciam seguir um modelo padrão, o que levava o escrivão a não observar detalhes importantes no seu registro, por falta de atenção e negligência no ato de redigi-los. A maioria daqueles 59 casos foi observado no cartório da freguesia de Nossa Senhora da Conceição da Praia, totalizando 46 escrituras. Possivelmente, além de desatenção do escrivão, havia também por parte do senhor o desejo de valorizar seu escravo na hora da transação comercial, por isso a atribuição de ocupações para crianças tão pequenas. Ademais, boa parte desses menores foi vendida com as mães ou outros escravos, sendo que o registro do ofício dos adultos passou a ser o mesmo das crianças, não havendo por parte do escrivão o cuidado de registrá-las separadamente.

<sup>28</sup> Ina Von Binzer, *Os meus romanos: alegrias e tristezas de uma educadora alemã no Brasil*, Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1994, p. 19.



Essas conjecturas se baseiam nas fontes, que transcrevemos tais como aparecem para melhor esclarecimento. Em 1861, Virginia, de três anos de idade, foi vendida com outras escravas menores: “Rosa, parda com dez annos, *Emilia com três annos e meio e Florinda com um anno e meio*, crioulas naturais desta cidade e do serviço doméstico”.<sup>29</sup> Aprígio dos Santos Barboza vendeu a D. Maria Joaquina de Vasconcellos “duas crias, Manoel cabra com nove annos de idade e Severiano creolo, com *dous annos*, solteiros [!!!], do serviço da lavoura, naturaes de Paripe”.<sup>30</sup> (grifos nossos). A inclusão como mão-de-obra de escravos com quatro anos de idade nas nossas estatísticas deveu-se ao fato de o registro nas escrituras de compra e venda não suscitar dúvidas, como no caso de Dionísio, vendido em companhia da mãe “Jovita, parda, de vinte annos, solteira e seus filhos Senhorinha com onze anos e Dionísio com quatro annos, pardo, todos do serviço doméstico e naturaes desta cidade”.<sup>31</sup> Ou então, a condição claramente definida pela escritura de Serafina: crioula, de quatro anos, do serviço doméstico.<sup>32</sup>

Os dados coletados nas escrituras de compra e venda de crianças, para o conjunto das freguesias soteropolitanas, estão dispostos nas tabelas 2 e 3. Além dessa fonte, lançamos mão dos inventários *post mortem* para melhor retratar o que revelam os números.<sup>33</sup>

As escrituras registram 797 crianças cativas exercendo diversas atividades, o que significa, em números relativos, 36% de um universo de 2.216 crianças comercializadas. Se somarmos as três últimas faixas etárias das tabelas 2 e 3, vamos encontrar 423 menores ocupados em alguma atividade, o que corresponde a 53,1% do total dos pequenos trabalhadores escravizados. Ao proceder à análise dos 47 inventários com registro de ofícios, encontramos um total de 140 crianças. Desse contingente, 54 (38,6%) tinham uma ocupação, e a concentração estava

<sup>29</sup> Arquivo Municipal de Salvador (AMS), escritura de compra e venda de escravos, Freguesia da Sé, livro 82.12, 1861, fl. 62 [grifo nosso].

<sup>30</sup> AMS, escritura de compra e venda de escravos, Freguesia de N. S. de Santana, livro 77.9, 1865, fl. 40 [grifo nosso].

<sup>31</sup> AMS, escritura de compra e venda de escravos, Freguesia de N. S. de Santana, livro 77.20, 1874, fl. 28.

<sup>32</sup> AMS, escritura de compra e venda de escravos, Freguesia de N. S. da Conceição da Praia, livro 66.16, 1867, fl. 141.

<sup>33</sup> Optamos por não apresentar a tabela relativa aos dados coletados nos inventários em função da variedade de ofícios encontrados e o reduzido número de crianças em cada um deles.

**Tabela 2**  
**Distribuição das crianças do sexo masculino**  
**por idade e ramo de atividade:**  
**Salvador, 1850-1888.**

<i>Idade</i>	<i>Lavoura</i>		<i>Doméstico</i>		<i>Outros*</i>		<i>Total</i>	
	<i>Nº</i>	<i>%</i>	<i>Nº</i>	<i>%</i>	<i>Nº</i>	<i>%</i>	<i>Nº</i>	<i>%</i>
4	1	1,3	17	5,3	-	-	18	4,5
5	1	1,3	17	5,3	-	-	18	4,5
6	6	7,8	17	5,3	-	-	23	5,7
7	5	6,5	25	7,8	-	-	30	7,5
8	6	7,8	43	13,4	1	33,3	50	12,5
9	15	19,5	46	14,3	-	-	61	15,2
10	14	18,2	59	18,4	-	-	73	18,2
11	12	15,5	64	19,9	1	33,3	77	19,2
12	17	22,1	33	10,3	1	33,3	51	12,7
Total	77	100	321	100	3	100	401	100

Fonte: Escrituras de compra e venda de escravos. Arquivo Municipal de Salvador

\*Outros: mineração, tecelagem, marinharia.

**Tabela 3**  
**Distribuição das crianças escravas do sexo feminino**  
**por idade e ramo de atividade:**  
**Salvador, 1850-1888.**

<i>Idade</i>	<i>Lavoura</i>		<i>Doméstico</i>		<i>Total</i>	
	<i>Nº</i>	<i>%</i>	<i>Nº</i>	<i>%</i>	<i>Nº</i>	<i>%</i>
4	8	11,6	6	1,8	14	3,5
5	3	4,4	10	3,1	13	3,3
6	6	8,7	16	4,9	22	5,5
7	3	4,4	31	9,5	34	8,6
8	8	11,6	47	14,4	55	13,9
9	8	11,6	28	8,6	36	9,1
10	7	10,1	73	22,3	80	20,2
11	15	21,7	74	22,6	89	22,5
12	11	15,9	42	12,8	53	13,4
Total	69	100	327	100	396	100

Fonte: Escrituras de compra e venda de escravos. Arquivo Municipal de Salvador.

voltada para as faixas etárias acima de dez anos, perfazendo um total de 45 (83,3%) crianças. Esses dados vão de encontro à idéia da criança escrava como improdutiva ou como um fardo para os senhores.

A corroborar essa situação, podemos observar que a maioria das crianças escravas comercializadas na freguesia da Sé trabalhava ou estava apta ao serviço doméstico, alcançando um total de 153 ou 85,5% delas. Neste serviço, as meninas (52,3%) eram mais numerosas que os meninos. Quanto às idades destes últimos, havia uma concentração (69,9%) na faixa entre oito e onze anos, perfazendo um total de 51 crianças. A predominância de meninas nos afazeres domésticos concentrou-se nas idades de dez e onze anos. Se compararmos meninas e meninos nessa mesma faixa etária, vamos encontrar uma diferença de treze crianças a favor das primeiras. Ao considerarmos essa mesma variável para a freguesia de Nossa Senhora da Conceição da Praia, encontramos no serviço doméstico 329 (84,3%) crianças, não havendo diferença significativa entre o número de meninas, 165 (50,1%), e de meninos, 164 (49,8%). A demanda por domésticos deve ser explicada por uma predominância nesta freguesia de famílias abastadas, que podiam dispor de muitos escravos para seus serviços, diferentemente da Sé, que já não era o local preferido das famílias senhoriais de posses. Deve-se, porém, levar em conta que, por ser zona de comércio, a Conceição da Praia servia como centro distribuidor de mercadorias – e escravo era mercadoria – para o resto da cidade. Nesse sentido, o comércio de gente ali de fato refletia a demanda de Salvador como um todo por mão-de-obra doméstica.

A conclusão de que o trabalho doméstico constituía a ocupação principal de meninas e meninos cativos é confirmada por ambas as fontes pesquisadas. As escrituras de compra e venda apresentam 648 cativos menores exercendo as múltiplas atividades do serviço doméstico, o que significa 81,3% do total (797) de crianças escravas com ocupações definidas nos documentos. Dos 177 inventários pesquisados, 47 apresentam a indicação dos ofícios das crianças escravas. A superioridade numérica também recaiu sobre a atividade doméstica, totalizando vinte casos, com a seguinte distribuição: para o gênero masculino, sete (35%) e para o feminino, treze (65%), o que significa quase o dobro de meninas trabalhando nesse serviço.

Os dados colocam em relevo o aproveitamento dos meninos e meninas nessa atividade, de modo a não lhes permitir a ociosidade. Os meninos de quatro e cinco anos apresentam-se em número maior que as meninas da mesma idade. Porém, com o avanço da idade, decresce o número de meninos nesse tipo de serviço. Por exemplo, na faixa etária de dez a doze anos de idade, eram 189 (57,7%) meninas e 156 (48,5%) meninos. Possivelmente, esses últimos seriam aproveitados pelos senhores em atividades mais pesadas. A partir de sete anos de idade, há uma presença mais acentuada de meninas. Algumas hipóteses podem ser aventadas nesse particular: o preço da mulher escrava era menor que o do homem e isso valia também para crianças. Tanto meninos quanto meninas eram levados muito cedo ao trabalho, mas as meninas provavelmente permaneciam em atividades que exigiam mais tempo em casa e, portanto, sujeitas a maior controle. Um outro aspecto a ser considerado, em relação ao número elevado de empregados domésticos, é que, além do costume de se ter um séquito deles, a casa, para funcionar, necessitava de serviços, principalmente de infra-estrutura urbana, de que a cidade de Salvador somente passou a dispor mais para o final do século XIX.

O trabalho doméstico teve para a criança escrava, independente do gênero, o significado de um adestramento, da internalização do lugar que ela ocupava naquela família e na própria escravidão. Significava também vivenciar uma teia de relações próxima à família senhorial, que tinha a responsabilidade de prover as necessidades básicas desses escravos, enquanto estes lhe deviam obediência e trabalho. Os meninos e meninas desempenhavam múltiplas tarefas, como servir à mesa, abanar moscas, carregar água, lavar pratos, servir café, auxiliar na cozinha e na limpeza da casa, esvaziar e limpar os urinóis, preparar o banho dos senhores. Também lavavam os pés dos membros da família e de visitantes, engraxavam sapatos, escovavam as roupas, carregavam pacotes, balançavam a rede, faziam pequenas compras, levavam recados, cuidavam das crianças, eram pajens e mucamas.<sup>34</sup> Enfim, uma variedade de servi-

<sup>34</sup> Ver Mott, "A criança escrava na literatura...", pp. 61-62; Gilberto Freyre, *Casa grande & senzala: formação da família brasileira sobre o regime da economia patriarcal*, Rio de Janeiro, José Olympio, 1952, p. 617; Binzer, "Os meus romanos...", p. 19; Maria Lúcia de Barros Mott, Maria de Fátima Neves e Renato Pinto Venâncio, "A escravidão e a criança negra", *Ciência Hoje*, v. 8, n.º. 48 (1988), p. 21.

ços que proporcionavam o conforto dos senhores e senhoras. As atividades desenvolvidas no âmbito doméstico não obedeciam a um padrão rígido. Eram constituídas de uma ampla variedade, ou seja, a divisão do trabalho não se operava de forma rígida. O mesmo crioulinho que abanava moscas podia servir à mesa, buscar água, engraxar sapatos. A crioulinha que descascava e ralava a mandioca ajudava na cozinha, cuidava das crianças, também balançava a rede para o senhor dormir mais depressa.

Muitos dos escravos domésticos recebiam tratamento diferenciado dos demais. Para estes, dispensava-se proteção, confiança e afeto. As mucamas e amas-de-leite mantinham relações próximas e diárias com seus senhores. Retomando a narrativa da preceptora Ina von Binzer, eis o que ela relata sobre esse particular:

A pequenina Maria da Glória, de cinco anos, por exemplo, guardava habitualmente um pouco de sua sobremesa para a ama, uma jovem e linda mulata, pedindo sempre qualquer coisa para sua irmã de leite, oferece sua fita mais colorida à sua velha aia, quando imagina lhe dar prazer.<sup>35</sup>

Mas essa relação afetiva não deve ser generalizada, nem nos permite pensar que os trabalhos domésticos fossem melhores que os do campo. As experiências de muitos desses escravos podiam ser muito dolorosas. O fim do dia não significava o final de uma jornada de trabalho, pois esses escravos estavam permanentemente à disposição dos proprietários. Ser um escravo doméstico não significava necessariamente um abrandamento das relações de poder, conforme sugeria Gilberto Freyre. Como afirmou Wilma King para o contexto norte-americano, o tratamento dispensado aos escravos domésticos apresenta-se sem a certeza de ser bom ou justo. A localização geográfica, as dimensões da propriedade, o status econômico dos senhores constituíam fatores determinantes na diversidade de tratamento.<sup>36</sup>

Depois do serviço doméstico, o trabalho na lavoura figura como a ocupação com maior número de menores cativos. Em se tratando dos da-

<sup>35</sup> Binzer, “Os meus romanos”, p. 24.

<sup>36</sup> Wilma King, *Stolen childhood: slave youth in nineteenth-century America*, Bloomington e Indianapolis, Indiana University Press, 1995, p. 31.

dos da freguesia da Sé, houve um maior número de registros de crianças do sexo masculino, representado por dezenove meninos, o que corresponde a 76% de um total de 25 trabalhando nessa atividade. Para a Conceição da Praia estão registradas sessenta crianças, sendo 33 (55%) meninas. Apesar dessa situação, observamos que não havia restrição de gênero em relação ao trabalho nessas atividades. Homens e mulheres trabalhavam tanto no serviço da roça como no doméstico. Outras atividades produtivas, entretanto, eram exclusivamente masculinas, como as de carpinteiro, pedreiro, alfaiate, ou então eram femininas, como as de engomadeira e mucama. Muitos desses menores tinham já aprendido a lidar nas roças e fazendas de seus senhores, no interior da província, quando foram vendidos em Salvador. Às vezes vinham de vilas distantes da capital, como a menina Germana, de onze anos, natural da vila de Pombal, no sertão da Bahia.<sup>37</sup> O menor Marcelino trabalhava no serviço da lavoura, em Feira de Santana, quando foi comprado pelo senhor, Sebastião Borges de Carvalho, em 1851.<sup>38</sup> O tráfico interprovincial trouxe do Piauí Honoro, de doze anos, vendido em 1879 para a Companhia Leite Borges & Irmãos.<sup>39</sup>

Para o conjunto das freguesias, essa categoria alcançou o total de 146 escravos menores, sendo 77 (52,7%) do sexo masculino e 69 (47,2%) do feminino. Observamos que, dos 77 meninos, a maioria estava concentrada nas faixas etárias de nove a doze anos, perfazendo 58 (75,3%) do total, enquanto as meninas que trabalhavam nesse serviço eram mais numerosas entre os onze e doze anos, correspondendo a 26 ou 37,7% do total. Esses pequenos trabalhadores da lavoura, assim como os adultos, labutavam nas chácaras, roças, currais e até em alguns engenhos ao redor da cidade de Salvador. Trabalhar na agricultura não era, portanto, uma atividade restrita às propriedades rurais localizadas em regiões distantes do centro urbano. Dentre as muitas tarefas exercidas por essas crianças, encontrava-se a de cuidar da alimentação e criação dos animais de pequeno porte, como galinhas, cabras, carneiros, porcos.

<sup>37</sup> AMS, escritura de compra e venda de escravos, Freguesia de N. S. de Santana, livro 77.16, 1871, fl. 36.

<sup>38</sup> AMS, escritura de compra e venda de escravos, Freguesia de N. S. da Conceição da Praia, livro 66.5, 1851, fl. 153

<sup>39</sup> AMS, escritura de compra e venda de escravos, Freguesia de N. S. de Santana, livro 77.31, 1879, fl. 31.

Como já discutido anteriormente, muitas dessas crianças pertenciam a proprietários rurais, moradores de vilas e comarcas do interior da província e, por conseguinte, já trabalhavam nessa ocupação quando vendidas e registradas em cartórios de Salvador. Nesse caso, vamos encontrar o crioulo Felipe, de doze anos, vendido juntamente com seu irmão Jacinto, de treze anos, ambos do serviço da lavoura e oriundos da vila de Lençóis.<sup>40</sup> Nazário e Marcelino, de doze anos, e Frutuoso, de oito, nascidos em Cachoeira, foram vendidos por Dona Thomazia Maria de Jesus Oliveira em 1862.<sup>41</sup> O menino José, de doze anos, veio de Juazeiro.<sup>42</sup> Quanto à menina Izabel, de cinco anos, e sua mãe, ambas trabalhadoras em uma roça em vila de Abrantes, foram vendidas para trabalhar em uma outra roça, na freguesia de Nossa Senhora de Brotas.<sup>43</sup> Foi nesse ambiente escravista e patriarcal dos sobrados no centro e das roças na periferia urbana de Salvador que as crianças escravas cresceram e trabalharam.

Os inventários apontam onze meninas como aprendizes de cozer. Os serviços de costura eram ocupação comum entre escravas. As costureiras tinham a incumbência de fazer as roupas dos escravos, de cama e mesa das residências e ainda as roupas da família. As meninas deviam fazer as costuras mais simples, sob a orientação de uma escrava mais velha ou da própria senhora, pois geralmente estas tinham o hábito de costurar, mesmo as mais ricas.

Antes de discutirmos os ofícios mecânicos, salientamos que os inventários e as escrituras de compra e venda de escravos compulsados não registram a presença de crianças como escravos de ganho. As atividades executadas por esses negros, escravos ou libertos, em geral exigiam força física, esperteza, habilidade e o saber negociar com o mundo da rua, o que justifica a ausência de menores executando-as. O escravo de ganho muitas vezes assumia a responsabilidade de sua própria manutenção, situação no mínimo difícil para a criança escrava.

<sup>40</sup> AMS, escritura de compra e venda de escravos, Freguesia de N. S. da Conceição da Praia, livro 66.10, 1861, fl. 13.

<sup>41</sup> AMS, escritura de compra e venda de escravos, Freguesia da Sé, livro 82.13, 1862, fl. 5.

<sup>42</sup> AMS, escritura de compra e venda de escravos, Freguesia da Sé, livro 82.13, 1863, fl. 86.

<sup>43</sup> AMS, escritura de compra e venda de escravos, Freguesia de N. S. de Brotas, livro 71.1, 1873, fl.31.

Em que pesem essas ressalvas, acreditamos que meninas e meninos mais crescidos trabalhavam na rua como vendedores de doces e frutas, como se observa hoje em dia em Salvador. Deviam, mesmo, ajudar suas próprias mães, porventura ganhadeiras, na comercialização de pequenos produtos, como registraram os viajantes estrangeiros e cronistas da época. Esse comércio mais corriqueiro era pleno domínio das mulheres, que monopolizavam a venda de certos produtos, como verduras, peixes, mingaus, doces, de comidas prontas.

Quanto às crianças escravas empregadas em ofícios mecânicos, não eram muitas. Mas algumas podiam tornar-se aprendizes de vários ofícios. Eram aprendizes de marceneiro, carapina, tanoeiro, pedreiro, ferreiro, charuteiro, sapateiro, alfaiate, barbeiro, tecelão. Embora fossem poucos, esses meninos tiveram a chance de obter alguma qualificação profissional. Em consonância com os inventários, a maioria já apresentava idade acima dos dez anos, com exceção de Luiz, crioulinho de oito anos, aprendiz de marceneiro, parte de uma escravaria pequena, composta de apenas quatro indivíduos, na Estrada de Brotas. Benedito, por exemplo, era, aos doze anos de idade, aprendiz de sapateiro e tinha um irmão, também jovem, de treze anos, que trabalhava em uma fábrica de algodão. Graciliano, de 11 anos, era, em 1865, aprendiz de ferreiro.<sup>44</sup>

Alguns desses meninos tinham a mesma ocupação do senhor, ou a de um outro escravo adulto da mesma propriedade. A aprendizagem deles certamente era propiciada pelos senhores no exercício diário de suas atividades. Quando a formação dos meninos escravos não se dava com seus senhores ou escravos mais velhos, aqueles eram encaminhados para as oficinas dos mestres, onde aprendiam submetidos a uma rigorosa disciplina. As meninas, como já vimos, também recebiam ensinamentos de suas senhoras, ou de alguma escrava mais velha. Na propriedade de D. Henriqueta Maria Manoela de Souza Guimarães (1852), localizada no Jogo do Lourenço, as três cativas menores, Florência, Altides e Francisca, de doze, dez e oito anos, respectivamente, aprendiam a cozer com Cândida, irmã de Altides, uma crioula moça com princípio de costura. Os

<sup>44</sup> APEB, Seção Colonial e Provincial, Série Judiciária, nº. 4/1770/2240/2, 1861; nº. 5/1628/2097/10, 1850; nº. 03/1187/1656/02, 1865.



quatro escravos de Gustavo Xavier de Sá (1853) eram todos do serviço doméstico, embora Hermenegildo, de treze anos de idade, além do serviço doméstico, tivesse a responsabilidade de “acompanhar os órfãos [de Xavier de Sá] para a escola”. O pardo João recebia do escravo Eliseu, oficial de pedreiro, lições do ofício. Do mesmo modo, Mathias, oficial de carapina, influenciava o aprendizado de Zacharias, de doze anos de idade, no mesmo ofício. O senhor Manoel Francisco Duarte (1862), proprietário de uma tanoaria, terminou repassando os conhecimentos que tinha de seu ofício aos seus três escravos: Jorge, “ussá”, José, nagô, e Luís, crioulo de doze anos de idade.<sup>45</sup>

O número das crianças escravas exercendo atividades mais qualificadas foi pouco representativo. É sob a denominação de serviço doméstico, com toda a sua abrangência, e em segundo lugar a lavoura, que encontramos a imensa maioria das crianças escravas trabalhando. Podemos dizer que o processo de iniciação delas na escravidão, ou seja, o aprendizado para ser escravo, se dava principalmente através desses dois ramos de atividade. Uma vez crescidos, podiam continuar aí, mas uma boa parte – sobretudo os homens –, se permaneciam na cidade, eram deslocados para outras atividades, ou então acumulavam estas com outras ocupações.

Enfim, a documentação pesquisada indica que a idéia de criança brincando não se aplica à experiência da criança escrava desde muito cedo na vida.

<sup>45</sup> APEB, Seção Colonial e Provincial, Série Judiciária nº. 04/1616//2085/02, 1852; nº. 04/1693/2163/05, 1853; nº. 4/1672/2142/08, 1856; nº. 4/1658/2127/03, 1856; nº. 5/1987/2458/3, 1862.

## Anexo

**Tabela 4**  
Crianças comercializadas, segundo idade, gênero e ramo de atividade:  
Freguesia da Sé, 1850-1888

Idade	Lavoura				Doméstico				Mine- ração		Total geral	
	M	F	Total	%	M	F	Total	%	M	Total	%	
4	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
5	-	-	-	-	4	6	10	6,5	-	10	5,6	
6	-	-	-	-	4	3	7	4,7	-	7	3,9	
7	-	-	-	-	6	2	8	5,2	-	8	4,5	
8	4	2	6	24,0	10	10	20	13,1	-	26	14,5	
9	3	1	4	16,0	14	9	23	15,0	-	27	15,1	
10	4	1	5	20,0	12	19	31	20,3	-	36	20,2	
11	4	2	6	24,0	15	21	36	23,5	1	43	24,0	
12	4	-	4	10,0	8	10	18	11,7	-	22	12,2	
Total	19	6	25	100	73	80	153	100	1	179	100	

Fonte: Escrituras de compra e venda de escravos. Arquivo Municipal de Salvador

**Tabela 5**  
Crianças comercializadas, segundo idade, gênero e ramo de atividade:  
Freguesia de Nossa Senhora da Conceição da Praia, 1850-1888

Idade	Lavoura				Doméstico				Barco	Total geral	
	M	F	Total	%	M	F	Total	%	M	Total	%
4	1	7	8	13,3	12	5	17	5,2	-	25	6,4
5	-	2	2	3,3	10	4	14	4,2	-	16	4,1
6	5	4	9	15,0	10	10	20	6,1	-	29	7,4
7	4	3	7	11,7	14	20	34	10,3	-	41	10,5
8	1	2	3	5,0	20	25	45	13,7	-	48	12,3
9	2	3	5	8,3	19	5	24	7,2	-	29	7,4
10	8	2	10	16,7	33	37	70	21,3	-	80	20,5
11	4	6	10	16,7	32	36	68	20,8	-	78	20,0
12	2	4	6	10,0	14	23	37	11,2	1	44	11,4
Total	27	33	60	100	164	165	329	100	1	390	100

Fonte: Escrituras de compra e venda de escravos. Arquivo Municipal de Salvador